

## PORQUÊ OS PESSAGNO? NOVOS DADOS PARA O CONHECIMENTO DESTA FAMÍLIA GENOVESA

Nunziatella Alessandrini  
Luís Miguel Duarte

*“Maravilhosas cousas som os feitos do mar, e afinadamente aquelles, que fazem os homees em maneira d’andar sobre el per meestria e arte, assi como nas naaos, e gallees, e em todolos outros navios mais pequenos.”*

*Ordenações Afonsinas*, Livro 1, Título LIII

Para quem conheça minimamente a história da marinha de guerra portuguesa, o dia 1 de Fevereiro de 1317 é sem dúvida uma data a fixar, porque marca um *antes* e um *depois*. O *antes* resume-se depressa: muito vagas referências (e muito discutidas) a um almirante do tempo de Afonso Henriques, que teria morrido numa batalha naval ao largo de Ceuta,<sup>1</sup> uma alusão a um lisboeta com a alcunha de “almirante”,<sup>2</sup> por fim uma referência ao almirante Nuno Fernandes Cogominho.<sup>3</sup> Mas até à data que assinalámos, em rigor não havia uma marinha de guerra em Portugal: havia taracenas onde eram fabricadas galés (em Lisboa e na Foz do Douro) e guardado material de construção e reparação naval, bem como de abastecimento,<sup>4</sup> havia um número incerto de remadores, sempre difíceis de recrutar e de manter na tarefa e em boa forma, bem como de marinheiros e oficiais próprios daquele tipo de embarcação, mas não existia nada de permanente, nada de previsível (quantas galés estariam prontas a navegar de um momento para o outro, em caso de urgência?), não havia tripulações numerosas, experientes e bem treinadas, sobretudo não havia um comando ‘profissional’, sabedor das coisas do mar em geral e de como manobrar e utilizar as galés em confrontos navais, em operações de transporte de tropas ou em cercos. Não sabendo quase nada sobre este Nuno Fernandes Cogominho, é um pouco arriscado o que vamos sugerir; mas estamos convictos de que ele deveu o seu cargo muito mais ao nome de família do que à sua experiência de guerra no mar, se é que tinha alguma.<sup>5</sup>

---

\* Agradecemos sinceramente a Edite Alberto, Maria Barreto Dávila, Pedro Pinto, Rui Mesquita Mendes pela generosa partilha de informações.

<sup>1</sup> Luís Krus, “D. Fuas Roupinho”, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Edições Alfa, 1985, p. 187-188.

<sup>2</sup> Sem dúvida qualquer qualificativo jocoso ou profissional.

<sup>3</sup> Pela cronologia, 1307-1314, e pela família (Leontina Ventura, *A Nobreza no reinado de Afonso III*, Coimbra, 1992, vol. II, pp. 633-634), aqui sim, devemos estar perante um verdadeiro almirante. Foi nomeado em 1307 para o cargo (acabado de criar?); nada mais sabemos dele.

<sup>4</sup> Além disso, essas taracenas guardavam as galés durante os meses de Outono e de Inverno em que o mar lhes era desfavorável.

<sup>5</sup> Como não sabemos se exerceu efectivamente o cargo, durante quanto tempo e com que resultados.

Por isso acreditamos que marinha de guerra a sério, em Portugal, é apenas com a chegada de Manuele Pessagno (portanto com o contrato celebrado entre D. Dinis e ele nessa data). Em trabalho anterior<sup>6</sup> procurámos demonstrar como a contratação de um genovês, pelo rei de Portugal, imitou decisões semelhantes e muito anteriores do arcebispo de Santiago de Compostela Diego Gelmírez, por volta do ano 1100, e bastante depois dos reis de França e de Castela, que foram buscar importantes famílias genovesas, os Zaccaria e os Boccanegra, para construir a partir do nada ou para reestruturar as respectivas marinhas de guerra. A iniciativa de D. Dinis, já próxima do final do seu reinado, se teve enorme importância, só peca por tardia, em comparação com o que sucedeu, por exemplo, no reino vizinho<sup>7</sup>.

Se chegou até nós o extenso e pormenorizado contrato de 1317, por todos bem conhecido mas sempre fonte de novas ideias e dúvidas, infelizmente não dispomos de qualquer indício documental do paciente e demorado trabalho de prospecção de possíveis candidatos ao cargo, e do desenrolar dos contactos e das negociações, até se obter o acordo final de 1 de Fevereiro de 1317: ora tudo isso – prospecção, contactos e negociações demoradas – existiu com toda a certeza e seria do máximo interesse para nós.

Primeiro problema a esclarecer: o que se contratava, por estes anos, quando se contratava um genovês para almirante (e isto sem recorrer ao documento de 1317)? Para responder temos de mudar de Portugal para Génova e para o mundo mediterrânico, primeiro, e o atlântico, depois. O que se buscava era uma aliança, eram os serviços (variadíssimos) de alguma das várias *famílias* genovesas antigas e poderosas, mais ou menos nobilitadas e brasonadas. Estas famílias tinham uma estrutura e um funcionamento complexos: uma clara estrutura patriarcal e algo arcaica, com um chefe de linhagem e todo o conjunto dos seus irmãos, filhos e demais ascendentes e descendentes; essa estrutura familiar de negócios e de contactos era central para o sucesso político, económico e social dos genoveses.<sup>8</sup> Chamámos-lhe arcaica, e era; mas depois ela desdobrava-se num sem fim de actividades industriais, comerciais, financeiras e militares, tudo isto solidamente unido por laços pessoais e, como dissemos, familiares. Hoje enxergamos uma contradição óbvia em fazer comércio (sobretudo internacional) e, ao mesmo tempo, alugar galés e remadores para a guerra, mas ao tempo eles conseguiram quase sempre conciliar estas duas actividades, e muitas outras.

Por isso, e voltamos à nossa pergunta de há pouco, o contrato de 1317 não servia apenas para escolher um homem para um posto: no caso, Manuele Pessagno para almirante. Significava recrutar toda a família (quanto mais alargada melhor), aproveitar os

<sup>6</sup> Luís Miguel Duarte “Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: os almirantes genoveses nos primórdios das marinhas de guerra de Castela, de França e de Portugal”, in Luciano Gallinari (a cura di), *Genova: una “porta” del Mediterraneo, Istituto di Storia dell’Europa mediterranea, Cagliari – Genova – Torino: Brigati, pp. 259-294.*

<sup>7</sup> É preciso lembrar que o contrato com Manuele Pessagno, em 1317, não surge propriamente a partir do nada; nos anos anteriores há muitas medidas régias que, sem se destinarem expressamente à organização de uma marinha de guerra, a vão facilitar, ao regular aspectos como a construção naval ou o apuramento de remadores.

<sup>8</sup> Daí ser um verdadeiro problema quando o presumido *pater familiae* não tinha filhos, como aconteceu com o célebre Marco Datini, de Prato.

respectivos contactos comerciais por toda a parte, eventualmente alguns recursos industriais ou mineiros, mas sobretudo, por um lado, os contactos e as posições diplomáticas que essa família detivesse e ocupasse em reinos ou entidades políticas importantes da Europa e, por outro, toda a experiência e a capacidade marítimas e militares. Esperava-se que trouxessem para Portugal, neste caso, tudo isso - os contactos, a experiência, os saberes, a família - e, é claro, as galés, alguns remadores, vários oficiais (alcaides e arrais) e um bom número de carpinteiros navais especializados. Quanto custava um contrato destes? Hoje diríamos que não teria preço. Na altura, uma brutalidade: o rei tinha que dar ao escolhido os títulos que ele quisesse, todos os privilégios e mais alguns, uma renda altíssima, vários direitos e jurisdições ligados ao mar, eventualmente povoações, carta-branca para construir, organizar e comandar a marinha portuguesa em operações militares ou paramilitares e, não menos importante, total liberdade para, nos tempos de paz, usar as galés e as respectivas tripulações ao serviço dos interesses particulares da família (sobretudo para comerciar).

A presença dos genoveses na Europa atlântica<sup>9</sup> não era exactamente igual à sua actividade do Mediterrâneo. Na primeira, onde eles tinham contactos muito antigos (quer na Península Ibérica, quer nas ilhas britânicas, por onde andavam já no século XII),<sup>10</sup> não apostam tanto no estabelecimento de feitorias ou de contratos mercantis, mas mais no que hoje chamaríamos “serviços”, dos mais variados: a monarquias muito necessitadas os genoveses oferecem capitais quase ilimitados (portanto, liquidez), barcos, comandantes navais, marinheiros, remadores e soldados. Era uma presença que vinha de longe, repetimos: o desejo de explorar caminhos marítimos já estava patente na aventureira viagem dos irmãos Vivaldi, Ugolino e Vadino, que tentaram antecipar a História dois séculos e alcançar a Índia contornando África. Em meados do século XV, Antoniotto Usodimare<sup>11</sup> irá acentuar a extrema mobilidade dos genoveses ao referir-se à expedição dos Vivaldi. Por esses anos, último quartel do século XIII, outro membro da família Vivaldi encontrava-se em Lisboa; foi naturalizado português em 1278, casou com D. Inês Fernandes, natural das Astúrias, que mandou construir o mosteiro de Santa Clara de Coimbra, em 1282. Dom Vivaldo residia em Lisboa “por respeito de mercancia que chamou a esta cidade muitos cidadãos nobres das Republicas Italianas.”<sup>12</sup> O mercador genovês era um dos nobres que participaram na confirmação da doação que D. Afonso III fez da vila de Lourinhã ao seu próprio filho, em 5 de Fevereiro de 1278. Em 1294, reinando D. Dinis, Dom Vivaldo, “cidadão honrado de Lisboa,”<sup>13</sup> já tinha falecido, deixando descendência.

<sup>9</sup> Dataria dos inícios do século XII a presença genovesa no Atlântico, quer nas costas marroquinas quer nas do Norte da Europa (Gabriella Airal di, “Due fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno”, in *Estudos em homenagem ao professor Doutor José Marques*, Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 2006, vol. II, p. 140).

<sup>10</sup> Gabriella Airal di lembra ainda que está documentada a presença de um Gherardo Pessagno em La Rochelle, entre 1233 e 1234 (p. 140).

<sup>11</sup> No seu *Itinerarium Antonioti Ususmaris*.

<sup>12</sup> Fr. Francisco Brandão, *Monarchia Lusytana*, Lisboa, Na Officina de Paulo Craesbeeck, 1650, V parte, Livro XVI, p.49.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

Deixaremos de lado os debates muito antigos sobre a ancestralidade dos Pessagno,<sup>14</sup> por irrelevantes para o nosso tema. Nos finais do século XIII e inícios do XIV havia em Génova quatro irmãos Pessagno: Leonardo, do qual pouco sabemos<sup>15</sup>, Manuele, o que vem para Portugal, Filippo, chamado *Pessagnino*<sup>16</sup> e Antonio.<sup>17</sup> No dia anterior à celebração do contrato entre o rei D. Dinis e Manuele Pessagno, o monarca inglês, Eduardo II, passava uma carta de encomenda a Leonardo para se deslocar a Génova e aí alugar cinco galés durante três meses, com 200 tripulantes, para ajudarem na Guerra da Escócia.<sup>18</sup>

Antonio era de longe o mais poderoso e o mais prestigiado. Onde? Em Inglaterra e, concretamente, na Corte inglesa, na qual se movia como se estivesse em casa. Antonio foi o financeiro dos reis de Inglaterra<sup>19</sup>, que gastavam muitíssimo mais do que aquilo

<sup>14</sup> E uma eventual ligação a outra família antiquíssima de Génova, os Da Passano. Há trabalhos clássicos, do século XIX, que afastam qualquer ligação entre elas. Curiosamente, ao estudar as armas dos Pessanha portugueses, Anselmo Braamcamp Freire nota mais semelhanças com as armas dos Da Passano do que com as dos Pessagno genoveses (*Armária Portuguesa*, reimpressão em Lisboa: Cota d'Armas - Editores e Livrários, 1989, p. 393). A controversa questão da eventual descendência dos Pessagno da família Da Passano está ainda para ser resolvida. No entanto, no trabalho *I signori da Passano – Identità territoriale, grande politica e cultura europea nella storia di un'antica stirpe del Levante Ligure* (org. Andrea Lercari), *Giornale Storico della Lunigiana e del Territorio Lucense*, La Spezia, Edizioni Giacché, 2013 (2 vols.), dá-se conhecimento de dois impressos de 1615 que apresentam documentos mandados traduzir por Antonio Da Passano em 1601. Tratar-se-á, provavelmente, da documentação que tinha sido enviada ao irmão Filipe Da Passano em 1588 pelo “primo” português Jorge Pessanha quondam Ambrogio e que menciona a existência de cópias autênticas dos “Nobiliários da Torre do Tombo”. Esta questão está tratada em Maddalena Giordano, “Gli Archivi Da Passano”, in *I signori da Passano – Identità territoriale, grande politica e cultura europea nella storia di un'antica stirpe del Levante Ligure*, cit., pp. 209-227. Queremos aqui deixar o nosso agradecimento a Andrea Lercari pela oferta dos dois interessantíssimos volumes.

<sup>15</sup> Apenas que o encontramos, em 1303, a conduzir negócios com o irmão Manuele, e em 1306, sempre com esse irmão, a alugar a Gianino Malocello e aos seus sócios de Milão duas galés com 140 homens, prontas a deslocarem-se “ad partes angliae” (Gabriella Airaldi, *cit.*, p. 139). Esta autora explica que essas “partes de Inglaterra” na altura significariam Londres, Sandwich e Southampton, pois era nesses portos que os genoveses mais investiam ao tempo. Não nos parece necessário sublinhar que este contrato denota uma enorme capacidade naval dos Pessagno. O documento encontra-se transcrito em Luigi Tommaso Belgrano, “Documenti e genealogia dei Pessagno ammiragli del Portogallo”, in *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, Genova, 1881, tomo XV, doc. IV, p. 250.

<sup>16</sup> “*Pezagninus de Pezagno*”, Filippo Pessagno, encontra-se assim mencionado num só documento de 18 de Janeiro de 1316, por ocasião da compra de uma quantia de grão juntamente com o irmão Leonardo. Cf. Giulia Rossi Vairo, “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El Rei D. Dinis”, in *Medievalista* n. 13, (2013) Janeiro-Junho, p. 4. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> (consulta mais recente em 2 de Maio de 2018).

<sup>17</sup> Sobre Antonio Pessagno: N. Fryde, “Antonio Pessagno of Genoa, King's merchant of Edward II of England”, in *Studi in memoria di Federigo Melis*, Napoli: Giannini, 1978, vol. II, pp. 159-178; G. Airaldi, *cit.*, pp. 141 e ss.; A. Daneri, *Emanuele Pessagno*, pp. 59-60; J. M. Roger – “Antonio Pessagno”, in N. Bériou e P. Josserand (coord.), *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, Paris: Fayard, 2009, p. 98; G. Rossi Vairo, “Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise au XIV<sup>e</sup> siècle”, in M. Balard (ed.), *The Sea in History - Medieval World II*, Boydell & Brewer, Paris, 2017, pp. 321-330.

<sup>18</sup> Documento transcrito em L.T. Belgrano, *cit.*, doc. VIII, pp. 252-253.

<sup>19</sup> No início do século XIV, entre os genoveses que intervinham no comércio com a Inglaterra destacavam-se os poderosíssimos Gianotto e Guidetto Spinola; eram fornecedores da Corte desde 1303 (Gabriella Airaldi, *O.c.*, p. 141-142).

que recebiam de rendas, impostos e direitos. Vamos resumir. Entre os séculos XIII e XIV os genoveses tinham nas suas mãos boa parte – senão quase todas – as finanças da Europa Ocidental.<sup>20</sup> Antonio Pessagno teve um rápido percurso ascendente na economia e nas finanças inglesas e em particular nas da Coroa. Foram tão elevados os empréstimos que lhe concedeu que a dado momento recebeu como penhor as célebres jóias dessa mesma Coroa<sup>21</sup>. Como quase sempre acontecia, os reis não pagavam os empréstimos contraídos em moeda, mas sim entregando ao credor rendas, terras, títulos, pedaços da soberania do reino. Dessa forma, Antonio foi recebendo e acumulando – atente-se bem – as rendas das minas da Cornualha, os direitos alfandegários dos portos de Londres e de Boston,<sup>22</sup> as dízimas da Irlanda e logo a seguir *todas as rendas e impostos* provenientes dessa mesma Irlanda. Em 1313, a Coroa devia a Antonio Pessagno uma fortuna astronómica, daquelas que se percebe que nunca poderá honrar.<sup>23</sup> Talvez Antonio tivesse compreendido que precisava rapidamente de diversificar os seus investimentos e os seus aliados, até por uma questão de segurança nos seus negócios: em 1313 encontra-se com o seu irmão Manuele em Paris, uma cidade em rápida expansão económica, e desenvolve boas relações pessoais quer com o rei de França quer com o papa de Avignon. Mas continua a acumular doações em Inglaterra: além de alguns pagamentos em libras esterlinas, recebe os castelos e palácios sequestrados aos Templários, *todos* os impostos alfandegários de Inglaterra e as rendas do seu maior arcebispado, o de Canterbury (à data vacante).<sup>24</sup> Mais doações e títulos: é nomeado “yeoman” do rei, temporariamente tesoureiro;<sup>25</sup> em 1315 é feito cavaleiro, com a correspondente tença de 3.000 libras esterlinas,<sup>26</sup> recebe o solar de Kennington e o direito a caçar à sua vontade em qualquer floresta real. Organiza um sindicato bancário para financiar a guerra na Escócia e garante pessoalmente o abastecimento de todos os castelos do Norte do Reino.<sup>27</sup> Quando falta cereal e o pão encarece, Antonio importa, distribui e lucra.

Ser credor de cabeças coroadas é um jogo que tem tanto de aliciante e potencialmente lucrativo como de perigoso: até certa altura, o credor vai acumulando títulos, cargos importantes, terras, direitos a receber certos impostos, penhores – as jóias da

<sup>20</sup> Gabriella Airaldi, *O.c.*, p. 142. Esta Autora é mais categórica: “I genovesi ebbero nelle loro mani per circa un secolo la finanza mondiale” (p. 142). Sem ignorar a presença destas famílias em Bizâncio e em todo o comércio oriental, nomeadamente em torno do Mar Negro, cremos que esta afirmação peca por exagero, uma vez que não leva em conta a Pérsia, a China, todas as regiões da rota da seda, a Índia, etc. Mas tem razão quando lembra que, um século antes, o trono de Frederico II de Hohenstauffen acabara falido nas mãos de um grupo de associados genoveses; e que estes dispunham de significativos “asientos” na Coroa castelhana, mercê dos vultuosos empréstimos que lhe concederam.

<sup>21</sup> Algumas das quais podemos ainda ver hoje em exposição na Torre de Londres.

<sup>22</sup> Um pequeno porto no Lincolnshire, na costa leste da Inglaterra.

<sup>23</sup> Gabriella Airaldi afirma mesmo que essa dívida é superior à que mais tarde vai ser contraída junto dos Bardi e, por não poder ser paga, arrastar esta família para a falência.

<sup>24</sup> Gabriella Airaldi lembra que todas as coroas europeias lutavam com uma sufocante falta de liquidez, com a excepção da catalano-aragonesa. E nós podemos acrescentar, da portuguesa até meados do reinado de D. Fernando.

<sup>25</sup> Volta a receber como penhor as jóias da Coroa.

<sup>26</sup> Pagas a partir das rendas da Gasconha.

<sup>27</sup> O que supõe meios financeiros e logísticos impressionantes.

Coroa inglesa, imagine-se! – mas há uma linha muito ténue que, quando transposta, pode levar ou à falência do credor (porque permitiu uma dívida brutal que o devedor não tem como pagar) ou então à hostilidade aberta deste mesmo devedor. Estamos a falar do rei de Inglaterra: em 1318 (um ano depois do contrato de D. Dinis com Manuele) Antonio parece ter caído em desgraça, provavelmente com um falso pretexto, perde os cargos e o seu nome desaparece da documentação inglesa e é riscado de todos os livros de tenças e benefícios da realza. Muda-se então para França.<sup>28</sup> Acredita-se que em 1325 (ano da morte de D. Dinis) Eduardo II tem medo de que Antonio esteja a preparar um ataque a Inglaterra, em conjunto com o seu irmão, o almirante de Portugal. O equívoco desfaz-se depressa. Em 1326, Manuele chega a Londres como embaixador de Afonso IV: propõe o casamento de uma filha do rei português com o Duque da Aquitânia e herdeiro da Coroa inglesa, o futuro Eduardo III, “o Confessor”. Parece que pela mesma altura Antonio ‘ressuscita’, em Inglaterra, com a subida ao trono de Eduardo III. Em 1331 já se movimenta de novo com confiança no círculo do rei, que lhe confia tarefas diplomáticas muito delicadas junto do rei de França e do papa; claro que, apesar disso, Antonio continuará a lamentar-se, e cheio de razão, por causa das dívidas incalculáveis que continua sem receber. Em 1332, Eduardo III escreve uma carta de recomendação ao almirante português, Manuele, e refere-se a Antonio como “fidei milite et consiliario nostro”. Ouvimos falar dele pela última vez seis anos depois, ou seja em 1338, quando Antonio acompanha o rei de Inglaterra numa expedição à Flandres. Começava a Guerra dos Cem Anos.<sup>29</sup> Foi esta, em resumo, a trajectória de Antonio Pessagno: foi subindo até ser, provavelmente, o homem mais rico e mais influente junto da monarquia inglesa. Depois caiu em desgraça, por razões não completamente apuradas. Acabará por reaparecer (terá sido reabilitado), mas nunca com a força e o poder que já tivera antes.

E por fim vem Manuele, acerca do qual temos pouca informação até ao contrato de D. Dinis em 1317.<sup>30</sup> Mas julgamos que ficou claro que, seguramente após uma prospecção cuidada, o rei de Portugal se decidiu por uma família que, ao contrário dos Zaccaria e dos Boccanegra (ou de outras famílias genovesas), que operavam principalmente no Mediterrâneo até ao Mar Negro, se movia bem na fachada atlântica da Europa e sobretudo em Inglaterra<sup>31</sup>: no reino, nos portos, nas alfândegas, na Corte do rei. Essa escolha nada teve de inocente ou casual, dará um forte impulso às relações entre os dois reinos e será por isso marcante na História de Portugal.

Por outro lado, os Pessagno, como qualquer importante família genovesa, não perdiam uma oportunidade para fazer alianças ou colaborar com outras famílias, recorrendo não raro a casamentos como peças centrais das suas estratégias sociais e económicas. Estes concretamente têm parentescos e laços estreitos com os Doria, os Spinola,

<sup>28</sup> No mesmo ano, 1318, Manuele vai como embaixador a Avignon, à cúria papal.

<sup>29</sup> Na qual os genoveses estarão do lado das França.

<sup>30</sup> A não ser a sua participação nos contratos de 1306, que ele assina em conjunto com o seu irmão Leonardo, e de que falámos acima.

<sup>31</sup> E em França; e em Avignon.

os De Mari e os Fieschi. Queremos dizer, os Pessagno valem muito mais do que o seu simples nome.

Para os Pessagno, o convite a Manuel é uma oportunidade caída do céu: ocupará um cargo prestigiadíssimo, num país excepcionalmente bem colocado para o trânsito das galés entre as cidades italianas e a Flandres, que já se fazia com regularidade, e poderá dispor de uma frota (tão poderosa quanto for capaz de construir) para os negócios da família. Como bem sublinha Gabriella Airaldi, é a possibilidade de reunir duas tradições marítimas diversas, duas estratégias comerciais e políticas talvez complementares. Os genoveses estarão, deste modo, associados à futura expansão marítima de Portugal. E o país passa a ter amigos muito bem colocados junto do trono inglês<sup>32</sup>.

Não foi, portanto, uma escolha leviana, a do rei D. Dinis, quando entregou o cargo de Almirante da marinha portuguesa a um genovês, concretamente a Manuele Pessagno, mas uma decisão bem pensada e racional. Uma série de documentos recolhidos por Luigi Tommaso Belgrano, nos finais do século XIX, oferece-nos um quadro bastante claro desta família que evidencia, por um lado, qual era a sua posição social e, por outro, a sua rede de relações sociais. Recordamos apenas que nas primeiras décadas do século XIII, Nicolò Pessagno, talvez o pai do Almirante, foi um dos embaixadores enviados a Martinho IV para tratar da paz entre lígures e pisanos, que então se batiam duramente pelo domínio da Córsega, além do já referido Gherardo Pessagno, activo em la Rochelle entre 1223 e 1234.<sup>33</sup>

Depois da assinatura do contrato de 1 de Fevereiro de 1317, seguiu-se um conjunto de diplomas e privilégios que vieram confirmar e completar o que se tinha tornado, como sublinha Rossi Vairo, uma verdadeira *dignidade*, ultrapassando a simples dimensão de cargo até então existente. Foi definido o ofício do Almirantado, que passou a fazer parte da administração régia, com o regimento de 24 de Setembro de 1319 (apesar de continuarem a ser outorgados diplomas e privilégios entre 1321 e 1323).

A confiança, indispensável nas relações sociais, económicas e diplomáticas, sempre foi igualmente determinante no bom funcionamento das ligações comerciais e financeiras. Já dissemos que, em 1313, Manuele estava com o irmão António em França, onde este último tinha construído boas relações, quer com o rei de França, quer com o Papa em Avinhão. Com este precedente, Manuele Pessagno foi enviado pelo rei português como seu embaixador, para tratar de questões delicadas em Avinhão, função que se tinha igualmente comprometido a assumir aquando do contrato.<sup>34</sup> O papel do Almirante junto do Papa era o de explicar as razões do soberano a favor da emancipação do ramo português da Ordem de Santiago, relativamente ao mestre da mesma ordem de Castela. Do valor e do mérito do Almirante Manuele Pessagno é testemunho a Bula do Papa Bento XII “*Gaudemus et exultamus in Domino*”, dirigida ao Rei de Portugal Afonso IV, a 30

<sup>32</sup> Setenta anos antes do Tratado de Windsor.

<sup>33</sup> Ver Nota 10.

<sup>34</sup> ANTT, *As Gavetas da Torre do Tombo, II (Gav. III-XI)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1962, “Manuel Januensis admiraldus et Vincentius Johannis anbassiatores magnifici principis domni Dionisii Portugalie et Algarbii regis”, doc. 901, p. 409.

de Abril 1341, na qual, aludindo à acção do genovês ao serviço de Portugal, recorda que o rei “...mandou chamar de longes terras para o seu reino um homem conhecedor das coisas do mar e da guerra naval, e nomeou-o almirante de seus reinos com grande soldo, o qual mandou construir galés e outros navios apropriados, e tornou a gente portuguesa tão experimentada e audaz nas coisas pertencentes à guerra naval, pela prática e exercício delas, que dificilmente se poderia então encontrar outro povo mais competente não só para a defesa dos ditos reinos, mas também para a vigorosa repulsão dos ditos inimigos” (entenda-se, os muçulmanos).<sup>35</sup>

## O Hospital dos alemães

Segundo apontamentos provenientes dos arquivos da Província dos Ermitães da Serra de Ossa, Manuele Pessagno terá fundado, já no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), uma albergaria, em Lisboa, para nela poderem ser recolhidos «os Alemães que viessem com elle, e com Enrique Alemão, e outros, da Emvocaçõ de Nossa Senhora e São Miguel, o qual fidalgo deixou renda para ella». Tratava-se de um hospital que, segundo os mesmos documentos, se situaria abaixo do Postigo da Trindade.<sup>36</sup> Num documento de 23 de Julho de 1425, Micer Carlos Pessanha, neto de Manuel e filho de Lançarote Pessanha, refere que “Manuel Peçanho meu avoo e Miçe Bartollameu meu tio e Miçe Lançarote meu padre (...) demitiram humas casas para pobres de bem viver que sam a par do Mosteiro da Trindade que partem com casas da dita hordem e com adro do dito mosteiro. As quais casas se mostrou que forom dadas a pobres da Alemanha”.<sup>37</sup> Querirá isto dizer que, na sua equipa inicial, Manuele Pessagno incluiu alemães, eventualmente como especialistas em artilharia? Estamos em crer que sim.

No contrato de 1 de Fevereiro 1317 estipulado com Miçer Manuele Pessagno, o rei D. Dinis fez-lhe doação do seu “logar de Pedreyra per aquel logar per hu foy devisado pera os Judeus, com casas e com térreo livre (...) e que haíades vos hj aquel dereyto que em elas avia e quanto he as casas e o térreo que eu hj avia que de mjm tijnam os judeus, ser todo vosso e dos vossos sucessores”.<sup>38</sup> A 24 de Setembro de 1319 reitera o rei: pelos

<sup>35</sup> João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, vol. I, doc. 65, pp. 70-71. Utilizámos a versão portuguesa de José Saraiva.

<sup>36</sup> Cf. Rui Mendes, “Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais”, in *Anmentu – Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*, Cagliari, Centro Studi SEA e Aipsa, n. 7, 2015, p. 62.

<sup>37</sup> Biblioteca Pública de Évora, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, Livro 35, n. 31. Utilizámos a transcrição efectuada por João Gouveia Monteiro, em *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro Senhor feudal Santo – Os três rostos do Condestável*, Barcarena: Letras & Diálogos, 2017, p. 283. Sobre este assunto, cf. Rui Mendes, *cit.*; João Luís Fontes, *Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra se Ossa: Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*, Tese de Doutoramento em História apresentada na FCHS-UNL, 2012, pp. 94, 243-244, 416, 457, 641-642.

<sup>38</sup> ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, L. 3, fl. 108; transcrito por João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, vol. I, doc. 37, p. 28. No documento explicita-se que ele e os descendentes podiam fazer o que mais lhes agradasse dos terrenos “como de vossa propria herdade”.



serviços do Almirante, “tevj por bem de vos fazer doaço puramente das mhas casas e térreo da Pedreyra hu moravam os Judeus en Lixboa”.<sup>39</sup>

É evidente que ao Almirante não era destinado todo lugar da Pedreira,<sup>40</sup> que abrangia uma área muito vasta. As referências às “mhas casas” e à presença de judeus naquela zona levaram Gustavo de Matos Sequeira<sup>41</sup> a colocar a hipótese de se tratar das casas que tinham sido mandadas construir, por carta régia de 1 de Março de 1290, para serem a sede dos Estudos Gerais. Depois de esses Estudos Gerais terem sido transferidos para a freguesia de Santo Estêvão e as casas terem ficado devolutas, estas foram doadas, juntamente com um campo, em 1302, à família judaica dos Navarros de Beja que, na altura do contrato de 1317, já aí não moravam.<sup>42</sup> As “casas com terreo livre” acima referidas deveriam ser incluídas no espaço que actualmente é compreendido entre o Chiado, a Rua da Misericórdia, a Rua da Trindade, o Carmo e a Rua do Sacramento. Nesta área tinha sido construído, em 1294, o convento da Trindade, do qual o Almirante genovês passou a ser vizinho. Aliás esta vizinhança não foi pacífica: os frades da Trindade ter-se-iam apropriado do terreno junto ao convento na fachada sul para aí sepultarem os seus mortos, provocando queixas do Almirante.<sup>43</sup> Depois de ter ouvido essas queixas, D. Dinis resolveu demarcar os terrenos, em carta ao alcaide de Lisboa datada de 25 de Setembro de 1320: “En guisa que no aja hy depois contenda”.<sup>44</sup> A devoção à Ordem da Santíssima Trindade foi uma constante na família Pessanha, desde que, em 1342 Micer Manuel fez uma escritura com os frades “do mosteiro da santíssima Trindade com o fim de estes lhe darem uma capella no dito Mosteiro, annexando-lhe para isso diferentes propriedades”.<sup>45</sup>

A capela-mor da igreja do convento da Trindade haveria de ser igualmente escolhida para sepultura pelo Almirante Rui Afonso de Melo. Casado com Beatriz Pereira, filha de Carlos Pessanha e de D. Joana Pereira,<sup>46</sup> este herda o cargo de Almirante durante

<sup>39</sup> ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, L. 3, fl. 127v.; transcrito por João Martins da Silva Marques, *cit.*, vol. I, doc. 42, p. 34.

<sup>40</sup> As quatro casas de devoção que no último quartel do século XIII se encontravam no alto da Pedreira: o templo dos Mártires e o Mosteiro de S. Francisco, na banda do sul (abaixo da estrada ou rua da Pedreira – hoje Rua Garrett-), a casa do Santo Espírito, na parte central, à beira do declive, e o cenóbio dos Trinitários na parte mais alta, entre os olivais que continuavam para o Poente e Norte. Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, vol. I, 1939, p. 17.

<sup>41</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *cit.*, vol. 1, p. 47.

<sup>42</sup> Sobre a questão da identificação do bairro do Almirante, veja-se também, José de Vasconcelos e Menezes, *Os Marinheiros e o Almirantado*, Lisboa: Academia de Marinha, 1989, pp. 260-288.

<sup>43</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Lisboa, 4, fl. 86: *Carta per que departiró o Campo da pedreira antre os ffreires da Trindade e miçel manuel almirãte*; Ayres de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1900, vol. II, doc. DCCXVII; Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, vol. 1, pp. 47-48.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> ANTT, *Casa de Santa Iria*, Cx. 14, doc. 244. Em anexo, transcrevemos um treslado do documento, que pensamos ser inédito, que refere as terras de propriedade do Almirante Manuel Pessanha.

<sup>46</sup> D. Joana Pereira era irmã de D. Nuno Álvares Pereira e filha de D. Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Crato.

a menoridade do filho, Lançarote Pessanha. O seu testamento, lavrado a 17 de Outubro de 1463, é um testemunho importante dos bens que pertenciam à família Pessanha.<sup>47</sup>

### As décadas seguintes: luzes e sombras

Para avaliarmos com equilíbrio o resultado da vinda dos Pessagno para Portugal em 1317, e a justeza da aposta de D. Dinis, devemos fazê-lo em dois níveis distintos: um, que se vê mal ou nem se vê, é a construção de galés (as técnicas, os materiais), o treino de alcaides e arrais, de remadores e de soldados, a organização da logística. Praticamente não há documentos sobre esta actividade dos genoveses. Outro é fazer a genealogia dos Pessagno, a lista das batalhas ou acções navais que comandaram e ganharam ou perderam, a evolução do cargo de almirante com eles e depois deles.

Isso será já para uma outra investigação. Mas deixaremos, por ora, breves apontamentos: à excepção de Manuele e do seu filho Carlos, a carreira de comando dos Pessagno não soma propriamente muitos êxitos. Depois de uma excelente vitória militar no Estreito de Gibraltar, em 1341, seguem-se as desastrosas guerras ditas fernandinas, contra Castela. Um verdadeiro pesadelo para todo o reino, para o exército português mas, sobretudo, para a marinha. Três episódios bastam para falarmos de autêntico descalabro: o inútil e humanamente trágico bloqueio do Guadalquivir, em Sevilha; a humilhante derrota de Saltes; e por fim, a recusa de Lançarote Pessanha em dar batalha às galés castelhanas que se aproximavam de Lisboa, aparentemente numa situação de inferioridade (os castelhanos), e contrariando a opinião do capitão, por acaso também ele um castelhano (Juan Focín). Na sequência da retirada (da fuga?) das galés portuguesas, D. Fernando classificou o almirante como *cobarde* e tirou-lhe o comando, que deu transitoriamente a um irmão de Leonor Teles, o conde João Afonso Telo.<sup>48</sup>

Não podia piorar? Podia. Na Crise de 1383-85 Lançarote Pessanha tomou o partido de Beatriz e foi morto por populares. Assim se acabavam ingloriamente as primeiras seis ou sete décadas do serviço dos Pessagno na marinha portuguesa.

Numa observação sobre protocolo, afirma-se que o almirante deve vir à frente do condestável, porque a luta no mar é mais difícil e mais perigosa do que a luta em terra. O cargo vai-se estruturando: ao contrato de 1317 junta-se uma tradução quase literal do texto das *Partidas* de Afonso X;<sup>49</sup> as *Ordenações Afonsinas* vão acolher um já bastante

<sup>47</sup> O testamento de Rui Afonso de Melo está publicado em Edite Martins Alberto, *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*, Câmara Municipal do Seixal, 1999, pp. 311-314.

<sup>48</sup> Não há acusações muito mais graves que se possam fazer a um comandante militar; sirva de atenuante o facto de o próprio rei D. Fernando, nessas mesmas guerras, ter sido apelidado de cobarde pelo seu povo; e de as observações ácidas e certeiras de Leonor Teles, depois de Saltes, mostrarem que o planeamento, a estratégia e o moral dos soldados e dos marinheiros estavam abaixo de zero. Quanto ao episódio em si, as poucas linhas de Fernão Lopes não nos permitem sequer imaginar o que se possa ter passado.

<sup>49</sup> Apenas se terá procedido a algumas simplificações (António Vasconcelos Saldanha, *O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1988, p. 7).

completo regimento do cargo,<sup>50</sup> regimento esse que, não por acaso, não transitará para as *Ordenações Manuelinas* nem para as *Filipinas*.

Com o tempo, surgem problemas previsíveis: no contrato de 1317, esclarece-se que o cargo é vitalício e hereditário, e que a sucessão se fará por linha varonil. Não havendo filho legítimo..., contorna-se por vezes a disposição, casando uma filha Pessagno com um nobre, que passa a ser o almirante. Assim encontraremos na lista de almirantes Meneses, Azevedos e outras famílias. Argumentam alguns reis: o cargo já deixou de ser atribuído por sucessão e passou a sê-lo por mercê. Não surpreende que caia em pessoas que não entendem nada do mar. Naturalmente a estes deixa de ser exigido que tragam sempre com eles os tais vinte genoveses experientes na navegação e na guerra marítimas, um dos pontos mais fortes do contrato fundador; os próprios reis de Portugal reconhecem isso em algumas cartas. E por isso, durante décadas, o cargo como que desaparece; fica o título e as rendas a ele associadas (ou parte delas). Repare-se nisto: aquando da expedição a Ceuta, que movimentou uma poderosa frota de galés e um número elevado de embarcações à vela, os respectivos comandos são de D. João I e de D. Pedro, o que se percebe protocolarmente. Mas na sua descrição do episódio Zurara ignora o almirante; este parece não ter desempenhado qualquer papel<sup>51</sup>.

O cargo reaparecerá em glória no início do século XVI; basta lembrar Vasco da Gama, o “almirante da Índia”. Antes disso, e por uma questão de justiça, notemos que se os Pessagno ficaram com o nome manchado por alguns insucessos político-militares, o trabalho ‘invisível’ de construção naval e de treino na navegação e no remo foi tão extraordinário que, depois dos desastres de Sevilha e de Saltes, quando nós afirmaríamos que Portugal tinha pura e simplesmente ficado sem marinha de guerra, o rei de Inglaterra pede socorro ao nosso país. As costas do sul das ilhas eram constantemente devastadas por ataques violentos da marinha castelhana,<sup>52</sup> que chegavam com frequência até Londres. Para defender os aliados ingleses, Portugal envia para lá duas galés com as respectivas tripulações completas, que durante muitos meses garantirão a segurança daquelas costas<sup>53</sup>. Não se vê melhor forma de demonstrar que os primeiros Pessagno operaram uma verdadeira revolução na marinha de guerra portuguesa.

<sup>50</sup> Livro I, *Título 54*, “Do Almirante, e do que pertence a seu officio”.

<sup>51</sup> Sabemos como Zurara praticamente ignorou, na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, todos os protagonistas (D. João I. D. Pedro. D. Duarte, D. Afonso, Nuno Álvares Pereira e outros) à excepção do Infante D. Henrique

<sup>52</sup> Biscainha e cantábrica.

<sup>53</sup> Peter E. Russell, “Galés portuguesas ao serviço de Ricardo de Inglaterra (1385-1389)”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª Série, 18 (1953), pp. 1-17 (tradução inglesa em P. E. Russell, *Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490*, Variorum, 1995).

## Apêndice Documental

1342, Março, 6, Lisboa

O almirante de Portugal, Manuele Pessagno, doa alguns terrenos ao mosteiro da Santíssima Trindade, obtendo em troca, para si e a sua família, o direito de serem sepultados em capela própria nesse mesmo mosteiro, capela essa que pertencera à Rainha Santa Isabel.

[Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Casa de Santa Iria*, Cx. 14, doc. 244.]

[*Fól. 1*] “Traslado de uma escriptura de contracto que fez o almirante de Portugal Micer Manuel com os frades do mosteiro da santíssima Trindade com o fim de estes lhe darem uma capella no dito Mosteiro, annexando-lhe para isso diferentes propriedades no anno de Era 1380, ano 1342.”

“Contrato do Almirante de Portugal Miçer Manoel sobre a cappella e jazigo que tomou no Mosteiro da Santíssima Trindade e bens que a dita Cappella anejou.

Em nome de deus ámen. Saibão todos que na era de mil trezentos e oitenta annos seis dias do mes de Março na cidade de Lixboa nas casas de Miçer Manoel Almirante dos Reinos de Portugal e do Algarve em no Mosteiro da Trindade da dita cidade em presença de mim Gonçalo Figueira thabelião publico da dita cidade e das testemunhas que ao diante são escritas, frey Martim Fernandes freire da Santa Trindade Menistro do dito Mosteiro e Provincial nos Reinos de Portugal e do Algarve, estando presente frey Vasco de Chiterios prior e frei Marcos samchristão e frei Francisco e frei Gil e frey Diogo e frei Afonso e frei Domingos e frei Lionardo e Pedro escudeiro e frei Gomes e frei Afonso Freire conventuaes do dito Mosteiro. Estando todos juntamente em o dito Mosteiro por campaã tangida assi como he de seu costume, dicerão que elles vendo e considerando por meo de muito proveito do dito Mosteiro por muito bem e ainda que sempre receberam do sobredito Almirante e de seus filhos Carlos Pessanha e Bartolomeu Pessanha. E porque agora novamente o dito Almirante nos dera dous campos que elle ha derredor do dito mosteiro com suas entradas e saidas e com todos seus direitos e pertenças assi como os elle ha e de direito melhor ho mais compridamente de direito deve d’aver para entachamento (?) [*fól. 2*] e proveito do dito Mosteiro e dotara e outorgava ao dito Almirante e a seus filhos e a todos aquelles que forem de sua linhagem para todo sempre jamais hua capella que he no Mosteiro sobredito a qual capella mandou fazer a Rainha dona Isabel a quem Deos perdoe a honra da Trindade e pela alma del rey Dom Dinis em remimento de seus peccados, prazendo a Nosso Senhor el Rey Dom Afonso. E não lhe prazendo que ho estromento não seja verdadeiro. E deram-lhe e outorgaram lhe a dita cappella por tal conto e sob tal condição que o dito Almirante e seus filhos todos de sua linhagem hajão e possuão fazendo em ella sepulturas e sotterrando-se em ella assi como em sua hordem própria. E que nenhum se nom possa hj deitar salvo aquelles que a elles aprouver E outrossj o sobredito Mosteiro provincial e freires se obrigaram per ssj e per todos seus subçessores que depois elles vierem deste dia e para todo sempre que sotorrando-se o dito Almirante na dita cappella de cantarem em cada hum anno na dita cappella e para todo sempre pello dito Almirante e pera seus filhos desde sua linhagem e quando for mercê de Deus de os levar deste mundo deitando-se na dita cappella, doze missas officiadas

de Requiem em cada hum mes huma missa officada pela alma do dito Almirante e de Dona Genebra sua molher a quem Deus *perdoe* e de seus *filhos* E daquelles *que* de seu linhagem sai E forem d'aquj em diante. E outrossj se obrigou o dito Mosteiro e Convento *por ssi* e por todos os seus subçsores *que* depois elles vierem de sahir cada dia sobre o dito Almirante na dita cappela com cruz e com agoa benta, com hum respondo cantado com suas orações [fól. 3] *pera* todo sempre assj como sam sobre Vasco Martinz Robalo. E porque o dito Almirante e seus *filhos* e os de sua linhagem E mais certos sejam de como o dito provincial esto pode fazer com os freires do dito convento E mostrou *perante Antonio* Rodriguez Alvazil geral da cidade de Lixboa hua carta em *que* he contheudo em como elle he Menistro e pode fazer todas as sobreditas couzas E outra carta em como he provincial e o poder *que* ha; das quais cartas o theor dellas ao diante he escrito E logo o dito Almirante com consentimento e outorgamento dos sobreditos seus *filhos* Miçer Carlo e Bartolomeu *que* a esto presente estavam deu e outorgou ao dito Mosteiro os sobreditos campos *que* elle ha ao redor do dito Mosteiro com suas entradas e saídas e com todos seus direitos e pertenças assj como o dito Almirante ha del Rey e de *direito* deve d'aver E os termos dos ditos campos são estes. Campo *que* jaz da *parte que* ha de ser a porta do cintel igreja maior do dito Mosteiro como parte com caminho por aquel agora vão do dito mosteiro *para* Santos ate o caminho *que* parte com o dito campo. E da *parte* do poente como parte com caminho *que* ora he de Martim Pires e rende acima ata hua parte o dito campo com a pidreira de Gil *pirez* esto da *parte* do agiao e da parte do levante como *parte* do fundo açima com o dito Mosteiro. E outro campo da *parte* do levante como *parte* de cima affundo como *parte* com caminho *que* vaj de hua casa *direitamente para* Alcantara E *parte* do agiao como *parte* com forregial do dito Gil *Pirez* e da *parte* do poente como *parte* de cima afundo com o dito Mosteiro, E da *parte* do abrego como *parte* deçima affundo com o coval del Rey. E o sobredito Almirante *por* outorgamento do ditto Miçer Carlo e Miçer Bartolomeu [fól. 4] deu e outorgou ao dito Mosteiro os sobreditos campos livremente sem contenda *nenhuma* e *para* todo sempre jamais e para fazer deles em elles aquillo *que* virem *que* he mais seu proveito assi como de sua herdade própria. E demais se obrigou o dito Almirante *por ssi* e pellos ditos seus *filhos* e por todos aquelles *que* de sua linhagem vierem a lhe deffender e emparar os ditos campos e derredor do dito Mosteiro sem danno e sem perda de todos aquelles *que* os quizerem demandar ou embargar so obrigando de todos seus bens avidos e *por* aver E dos ditos seus *filhos* E *por* tal *que* o dito Mosteiro e freires sejam certos de como o dito Almirante pode dar os ditos campos mandou poer hem este estromento a clauzula do privilegio *por que* os elle ha e hos pode dar e doar. *Daquela* clauzula contheuda no dito privilegio a tal he:

“E pero quanto he as cazas e o terreiro da Pedreira *que* vos eu dou tenho por bem e mando *que* vos e vossos subçsores o possades dar e vender e fazer del e em el o *que* por bem tiverdes como de vossa propria herdade”.

E se o dito provincial e Mosteiro e freires ou aquelles *que* depois elles vierem não comprindo não agoardando todas ditas couzas e cada hua dellas, *que* o dito Almirante e seus *filhos* e os de sua linhagem possam tomar os ditos campos e fazer delles como de sua herdade. E todavia ficcando a cappela por sua como dito he e o sobredito Almirante com consentimento e outorgamento dos ditos seus *filhos* Miçer Carlo e Bartolomeu *que* presente stavão E o sobredito Provincial e Menistro fez todos juntamente de hua parte e

da outra outorgarão e louvarão todas las couzas sobreditas e cada hua dellas e prometerão de nunca virem contra ellas em parte nem em todo por ssi nem por outrem abertamente nem escondidamente E a parte que as sobreditas couzas [fól. 5] E cada hua dellas não quizer ter nem goardar peite a outra parte quinhentas livras de penas e em nome de danno e de interesse. E pagada ou não pagada a dita pena todavia vallerão e terão as sobreditas couzas e cada hua dellas e seram firmes e staveis para todo sempre E o teor das sobreditas cartas por que o dito frey Martim Fernandes he Menistro e Esto tudo pode fazer com os sobreditos freires a tal he:

Amostrou o dito Almirante hua carta del Rey de que o theor tal he: “Dom Afonso por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves a quantos esta carta virem faço saber que Manoel Pessanha meu Almirante me dice que a Rainha dona ysabel minha madre que Deus perdoe mandou dar em ajuda e por esmola para se fazer o Mosteiro da Trindade de lisboa hua soma d’aver da qual fizerao uma cappela no ditto Mosteiro e diz que para a ditta cappela foi feita do aver que a ditta Rainha mandou dar ao dito Mosteiro que se minha merce e e me aprougesse que elle fizesse sepultura na dita cappela pera ssi e pera seus filhos por que disto prazia ao Menistro e ao Cabido deste Mosteiro e eu vendo o que me pedia e querendo lhe fazer graça e Mercê tenho por bem e mando que se desto proveu ao Menistro e Cabido desse Mosteiro E o entenderem por o serviço de Deus e prol desse Mosteiro de fazer elle na dita cappela sua sepultura pera ssj e pera seus filhos que nenhum lhe não ponha embargo quanto he pella dita razão E em testemunho desto lhe mandei dar esta minha carta dada em Lixboa sete dias de Abril. El Rey mandou por Afonso Anes e Fernão Rodriguez crerigos. Gonçalo a fez era de mil trezentos oitenta annos [Assinaturas:] Afonso Anes e Fernão Rodriguez.

[fól. 6] As quais couzas sobreditas e cada hua dellas o dito Almirante e seus filhos e dito Mosteiro e convento chamados pera esto per campã tangida e assj como he de seu costume louvarão e outorgarão e ouverão por firmes e por estaveis para todo sempre as ditas couzas. E logo o dito Mosteiro e convento meterão em posse da dita cappela Vasco Lourenço em nome do dito Almirante E outrossj o dito Vasco Lourenço meteu em posse dos sobreditos campos o dito Mosteiro E quanto as quais cartas sobreditas assi mostradas lidas o dito Menistro E quanto he o dito Almirante pidirão a Afonso Rodriguez da dita cidade que desse a mj thabalia sua autoridade E ordenarão que escrevesse o theor das ditas cartas Est publico estromento. E o dito Alvazil vistas as ditas cartas mandou a mj tabalia que por sua autoridade ordnaria escrevesse o theor das ditas cartas este publico estromento. Testemunhas Vasco Lourenço e Ruy Lourenço, Estrela Maofazim alcaide, Milia de boj fario, Miliadoria in Menses. E eu tabeliam sobredito que a todo esto presente fuj e este estromento com o theor das sobreditas cartas e outro tal per outorgamento das ditas partes ordinarias que a mj foi dada do dito Alvazil e meu sinal fiz que tal he.” [sinal do tabelião]<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Este traslado tem um problema cronológico fácil de detectar: o documento de base é datado de 6 de Março de 1580; e inclui uma carta régia, no final, de 7 de Abril de 1580. Há pelo menos um lapso (e pode até haver mais). Ou no início do documento há um equívoco no mês, que teria de ser Maio ou posterior, ou no ano, que teria de ser 1581, ou na carta régia final há um engano no mês ou no ano. De momento não temos informações suficientes para esclarecer este problema, pelo que o deixamos equacionado, na esperança de que outros investigadores o possam fazer.